

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Direito, Justiça e Bondade

O homem é o senhor do seu destino. Na sucessão dos acontecimentos, cabe-lhe escolher entre o bem e o mal, o certo e o errado, a felicidade e o infortúnio. O caminho do êxito não é coberto só de rosas, mas também de espinhos. Para vencê-lo, só com muito trabalho, perseverança e oração. A vida sorri apenas àqueles que accitam a luta e preparam-se para ela.

Nesta noite de gala, estais aqui para dar o vosso testemunho de que escolhestes o caminho certo e o percorrestes, com sacrifício e fé. Por isso, alcançastes o vosso objetivo: colar grau em Direito. As vitórias, mesmo pequenas, trazem felicidade. Que dizer de tão grande vitória?

Na minha longa vida pública, que já perfez mais de três décadas, servi aos três Poderes do Estado e, no âmbito específico do Direito, atuei, modestamente, em todos os ramos profissionais: advocacia, magistério, ministério público e magistratura. Em todo esse meu peregrinar, sempre procurei ter os olhos voltados para o interesse público e desenvolver o melhor dos meus esforços no sentido da consecução dos interesses coletivos. Ao assim proceder, nada mais tenho feito, contudo, do que cumprir com o meu dever. Por isso mesmo, ao me escolherdes vosso paraninfo, deixastes-me, ao mesmo tempo, emocionado e envaidecido. Pude verificar que a minha luta em prol do Direito e da Justiça não tem sido em vão. Posso, hoje, sentir a alegria de ter ao meu lado, travando o bom combate, mais colegas de ideais. A todos vós, queridos formandos, os meus sinceros agradecimentos pela alta distinção que me conferistes, escolhendo-me vosso paraninfo.

Sei que nada fiz para auxiliar-vos a vencer a grande batalha que travastes. Não posso, porém, deixar de assinalar que ocupa lugar de honra no meu currículo ter lecionado, desde os primeiros tempos, na Faculdade em que estudastes, onde alcancei a titularidade das cátedras de Teoria Geral do Processo e de Direito Processual Civil, nos cursos de graduação e pós-graduação. Une-me, ainda, ao vosso estabelecimento de ensino superior vínculo afetivo: recebi das mãos dos seus dirigentes, em bela solenidade, engrandecida pela espontaneidade do carinho externado pelos seus docentes, discentes e funcionários, a toga que, até hoje, uso.

Não vim aqui para vos dar lições de Direito, pois sei que vos foram dadas, com dedicação e zelo, pelos vossos dignos Mestres. O que pretendo trazer-vos à consideração são algumas reflexões. Quero transmitir-vos algumas lições de vida, por mim hauridas no curso da existência, confiante em que vos possam ser úteis.

O panorama internacional não é alvissareiro. A queda do Muro de Berlim, ao contrário do que era esperado, não estabeleceu a vitória da liberdade sobre a ditadura, do bem sobre o mal. O que se observa é que novas formas de dominação e de discriminação, altamente atentatórias aos direitos dos povos, estão surgindo; a pior delas, a ditadura da alta tecnologia. Os países ricos, detentores de técnicas sofisticadas, estão, especialmente após a Guerra do Golfo Pérsico, a impor, arbitrariamente, as novas regras da convivência entre os povos. A propósito, recordais da grande pompa, estardalhaço e publicidade que mereceu a reunião do chamado Grupo dos 7 na *Lancaster House*, em Londres. Durante muitos dias, os dirigentes dos países integrantes do referido grupo, os sete mais ricos do mundo, freqüentaram os noticiários como se fossem os senhores da vida e da morte, da guerra e da paz. Raramente se tem visto tão pouca sensibilidade humana: ao invés de tentarem melhorar a convivência internacional, a impressão que deixaram foi a de um grupo de mercenários a discutir entre si como repartir os despojos de guerra. Diante de situação tão desoladora, cabe aos que querem um mundo melhor condenar com veemência esse estado de coisas, dizendo um enfático **não** ao império da arrogância!

Não é só. Na órbita internacional, as grandes potências, tirando proveito da sua própria torpeza, estão a querer impor, como verdades absolutas, princípios assentes na hipocrisia. Sob a bandeira dos direitos humanos e da ecologia, procuram denegrir os países do terceiro mundo como se fossem os principais culpados dos males que atingem a humanidade. Esquecem-se, porém, de que muitas delas dizimaram as suas populações indígenas; dominaram velhas civilizações, induzindo as suas elites dirigentes ao uso de narcóticos; não hesitaram em matar, de forma hedionda, seres humanos, a pretexto de purificação da raça; destruíram as suas florestas e poluíram, em nome do progresso, a sua atmosfera, rios e mares. Tomadas de sentimento de culpa, procuram, em vez de prestar

auxílio, tutelar o comportamento das nações pobres em tais setores tão nobilitantes, movidas por interesses subalternos: justificarem-se perante o seu público interno e cercar o desenvolvimento daqueles países. No Brasil, observamos que numerosas missões, em nome da religião e da ciência, estão, a título de defender os nossos índios e a nossa ecologia, a dilapidar as nossas riquezas naturais, a impedir o nosso desenvolvimento, vetando a certas áreas estratégicas financiamentos internacionais para a construção de estradas, hidrelétricas e outras obras de infraestrutura. Em lugar de apoiarem projetos de desenvolvimento, harmonizando a atividade humana com a preservação da natureza, que exigem vultosos investimentos, não disponíveis ao país, chegam a dar mais valor à proteção dos animais que aos seres humanos que habitam na região. Nesse contexto, impõe-se dizer um convicto **não** àqueles que invocam os direitos maiores da humanidade para servir de pálio à atuação dos seus interesses escusos; dizer um convicto **não** àqueles que integram o império da hipocrisia!

Se, na órbita internacional, as perspectivas são pouco estimulantes, estamos certos de que, no âmbito interno, são promissoras, apesar dos grandes problemas que o País enfrenta. Não podemos deixar-nos abater pela atual crise. Temos a certeza de que, sob a perspectiva histórica, ela é passageira. Por isso vos conclamo: confiai no Brasil. Lutai para desenvolver o sentido maior de amor à pátria. Sabei que, como cidadãos comuns, nenhum país irá acolher os brasileiros da mesma maneira afetuosa e prestativa com que o Brasil acolhe os estrangeiros. Nisso está a nossa grandeza: enquanto no mundo desenvolvido prevalece excessivo egoísmo, aqui o sentimento maior é o da fraternidade, não obstante a violência, decorrente dos grandes desequilíbrios sociais, esteja, também, a atingir-nos.

Honrai, pois, a pátria e amai a humanidade. Sabeis que as nossas elites têm fracassado; não estão à altura do Brasil de hoje. Mas confiai em nossa pujante juventude, comprometida com os ideais maiores. Basta que surjam lideranças agregadoras de tais forças vitais, e dias melhores virão. Tende certeza de que, no momento próprio, esses líderes surgirão, identificando as aspirações da coletividade e superando os óbices para torná-las realidade. Convoco-vos, pois: *fazei a ressurreição da glória do Brasil! Não o podeis fazer em poucos dias, nem em poucos lustros por um prodígio da taumaturgia social. Mas, inevitavelmente a fareis, se inspirados pela vossa crença e pelo vosso patriotismo, lavrardes a alma do Brasil, como os agricultores lavram o campo: com o tempo e a paciência, com a vontade e a arte, dando toda a força do braço e a alegria do coração a todos os longos e sublimes trabalhos que o solo exige.*¹

Trabalhai e trabalhai muito. Fixai os objetivos e lutai para alcançá-los. O trabalho é uma forma de oração, um meio de realizar a obra do criador. Tende em

¹ Adaptei belo texto de Olavo Bilac, in *Pelo Brasil - Antologia do Sublime*, vol. 5, p. 770-777.

mente que as águas paradas significam paralisia e morte; só as águas correntes traduzem movimento e vida.

Não desanimai se o berço não vos foi generoso, se vos *minguarem da nasçença haveres e qualidades*.² Rui Barbosa, em sua famosa *Oração aos Moços*, lembra a história do padre Suárez, o notável autor do monumento jurídico, que é o tratado *Das Leis e de Deus Legislador* (*De Legibus ac Deo Legislatore*). Diz que, em Salamanca, no século XVI, dos cinquenta aspirantes que solicitaram o ingresso à Companhia de Jesus, o único rejeitado foi o padre Suárez, por curto de entendimento e reverso ao ensino. À insistência sua foi, porém, admitido com a nota de “indiferente” e, embora estivesse entre os mais aplicados, tudo lhe eram, no estudo, espessas trevas. Caracterizada, por consenso de todos, a sua invencível incapacidade, reconheceu-a ele próprio e pediu ao reitor que o escusasse da vida escolar e o entregasse aos afazeres corporais de irmão coadjutor. O reitor, o célebre padre Martins Gutierrez, ao invés de deferir-lhe o intento, animou-o a orar, persistir e esperar. De repente, clareou-se-lhe a inteligência e, mergulhando mais profundamente nos estudos, com estupenda mudança, deixou ver o a que era destinada aquela privilegiada cabeça, até então submersa em densa obscuridade.³

Marcus Tullius Cícero, célebre orador romano, nasceu de família humilde, mas de boa reputação. O nome “Cícero” tem uma origem pitoresca. Em Latim, “cicer” significa “grão-de-bico”, apelido dado a um de seus antepassados por ter no nariz uma protuberância semelhante à do grão-de-bico. Já homem público, aconselhado pelos amigos a mudar de nome, disse: “Farei tudo para tornar o nome de Cícero mais célebre que o de Escauro e o de Catulo”. Esclareça-se que **Scaurus** e **Catulus**, nomes de oradores famosos, tinham, em latim, significados jocosos: “pé-torto” e “cachorrinho”. Tempos após, quando questor na Sicília, Cícero mandou gravar num vaso de prata, que ia oferecer aos deuses, os seus dois primeiros nomes: Marcus Tullius e, no lugar do terceiro, um grão-de-bico, mostrando que não é o nome que faz o homem, mas o homem é que, pelo seu trabalho, conceito e reputação, torna o seu nome respeitado no seio da coletividade de que participa.⁴

Procurai os caminhos altaneiros iluminados pela luz do sol e repudiái, com veemência, os caminhos ínvios e tortuosos preferidos por aqueles que padecem do pior de todos os males: o obscurantismo da alma.

Confiai no Direito. Lutai pelo Direito. Não deixai esmaecer o sentimento jurídico.

² Rui Barbosa, *Oração aos Moços*. Edições de Ouro, p. 74.

³ Idem, p. 74-75.

⁴ *Cícero - Da República*, notícia biográfica, Coleção Universidade de Bolso, p. 9.

No Estado democrático é imperioso que os governantes e cidadãos estejam sempre imbuídos do sentimento jurídico. O desrespeito à ordem jurídica traz graves conseqüências, pois desmoraliza o princípio da autoridade, encarnado pelo Executivo; avilta o Poder Legislativo, que exprime os anseios de liberdade do povo; e desmoraliza o Judiciário, atingindo a sua razão de existir.

Há dois séculos, Rudolf Von Jhering fez esta proposição, plena de atualidade: “O Estado que quer ser estimado no exterior, estando inteiramente sólido e inabalável no interior, nada tem de mais precioso a resguardar e a cultivar na nação do que o sentimento jurídico”, acrescentando que “esse encargo é um dos deveres mais elevados e mais importantes da pedagogia política”. Após ressaltar a “influência dissolvente que, sobre a força moral de um povo, exercem as leis injustas e as más instituições jurídicas”, aduziu: “Toda a disposição injusta, toda a instituição má, e como tal reconhecida pelo povo, implica um ataque ao sentimento jurídico da nação e, por conseqüência, à força nacional. É uma ofensa contra a idéia do direito que recai sobre o próprio Estado, o qual, a maior parte das vezes, deve pagá-la caro e com usura.”⁵

Não vos esqueçais, porém, de que, acima do Direito, está a justiça. Direito sem justiça é continente sem conteúdo, corpo sem alma. Tende sempre presente na vossa memória a bela frase que fizestes imprimir no vosso convite de formatura:

Bem-aventurados os que lutam pela justiça como se luta pela comida e pela água, porque sua fome e sede serão saciadas.

Falei-vos do Direito. Disse-vos da prevalência da justiça sobre o Direito. Há algo, porém, que está acima do Direito e da justiça e que não podereis alcançar pela vossa razão, nem pela vossa inteligência, mas apenas pelos vossos corações: a bondade!

Todos vós recordais aquele antigo ditado que estudastes nos primeiros meses do vosso curso: *summum ius, summa iuria* (supremo direito, suprema injustiça), que, em outras palavras, quer dizer: *a justiça que só vive de si mesma transforma-se no seu maléfico contrário*.⁶

De fato, por critérios apenas de justiça, jamais poderíeis, por exemplo, alcançar a bela mensagem contida na parábola do filho pródigo. Só a concepção de justiça não é suficiente para explicar a festiva recepção dada pelo pai ao filho que dissipara toda a herança que recebera, quando igual tratamento nunca dera ao seu outro filho, o justo, que sempre o acompanhou, enquanto o seu irmão gozava a vida. Se o pai desse razão às queixas do filho justo e dissesse ao recém-chegado: *Segue o teu caminho! Tiveste o que quiseste*, teria sido feita a justiça. O ressen-

⁵ *A Luta pelo Direito*. Forense, 1977, p. 113-114.

⁶ ROMANO GUARDINI, *O Senhor*. Livraria Agir Editora, p.262.

timento do irmão justo estaria apaziguado. Mas indago: será que realmente, por completo? Se ele tinha um bom coração, é claro que não. À sensação de que tudo estaria dentro da ordem sobrepor-se-ia uma censura: procuraria fazer calar a voz da consciência e não conseguiria. A imagem do seu irmão estaria sempre à sua frente, e ele sentiria que tinha destruído uma possibilidade sagrada de voltar-se para aspectos superiores da vida, obtendo, no seu íntimo, satisfações maiores do que aquelas advindas da justiça, antes esperada.⁷

Em conclusão: a justiça é boa, pois ela é o fundamento da existência, mas acima da justiça está a bondade. *A justiça é clara; mais um passo, porém, e ela torna-se fria. A bondade, pelo contrário, quando é autêntica, cordial, fruto do caráter, aquece e liberta. A justiça ordena, mas a bondade cria. A justiça ocupa-se daquilo que é, mas a bondade renova. A justiça dá ao espírito a satisfação de ver reinar a ordem, mas a bondade faz brotar a alegria da vida criadora.* Por isso, *a verdadeira justiça é um fruto da bondade. O homem só é capaz de exercer a justiça depois de haver aprendido, pelo amor divino, a olhar os homens e a si próprio como eles são realmente. É preciso aprender a amar para poder ser justo*, nas belas palavras de Romano Guardini.⁸

Parabéns, queridos bacharelados. Sede felizes. Amai o Direito, praticai a justiça, cultivai a bondade. Tende certeza de que ireis colher bons frutos.

* Discurso proferido em 23 de agosto de 1991, no Auditório do Colégio Militar de Brasília, como Paraninfo da Turma de Formandos da FADE/AEUDF - 1º Semestre de 1991 e publicado em 16 de setembro de 1991, no Caderno "Direito e Justiça" do Correio Braziliense.

⁷ *Idem*, fls. 251-259.

⁸ *Idem*, fls. 265.